



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 220/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10701/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto São Sebastião do Uatumã - SAAE.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Furtado Terço, Diretor-Presidente, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DCAMI – Relatório Conclusivo nº. 84/2015 (fls. 355/399).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 65/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza (fls. 400/407).
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto São Sebastião do Uatumã – SAAE. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Aplicação de Multa. Fixação de Prazo. Determinações.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar irregulares a Prestação de Contas Anuais do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de São Sebastião do Uatumã/AM**, referentes ao **exercício de 2014**, de responsabilidade do **Sr. Pedro Furtado Terço**, Diretor-Presidente do SAAE, nos termos do art. 71, II da CF/88 c/c art. 40, II da CE/89; art. 22, em conjunto com o art. 22, inciso III, c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições não sanadas desta instrução;

9.2- Aplicar Multa ao Gestor e Ordenador de Despesas, **Sr. Pedro Furtado Terço**, Diretor-Presidente do SAAE de São Sebastião do Uatumã, no exercício de 2014, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), nos termos do inciso VI, do art. 308, da Resolução TCE nº04/2002 c/c inciso II, do art. 54, da Lei nº 2.423/96, em razão das restrições 01, 02, 03, 07, 08, 11, 15, 16, 20, 23 e 26, já descritas no Relatório/Voto;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o **recolhimento** aos cofres da Fazenda Estadual da **MULTA** aplicada, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 220/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso do não recolhimento do valor da condenação, *ex vi* do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5 - Determinar à origem:

9.5.1- observe com maior rigor a legislação orçamentária, que aperfeiçoe a elaboração das suas propostas orçamentárias encaminhadas ao governo municipal, de modo a aumentar o grau de adequação entre previsão e execução das receitas e despesas do SAAE;

9.5.2- observe com maior rigor o prazo de recolhimento de todos os tributos de modo a evitar incidência de encargos moratórios;

9.5.3- para que tão logo disponha da composição da dívida que proceda à contabilização da mesma observando às normas contábeis aplicadas ao caso;

9.5.4- para que em hipótese alguma realize despesas sem cumprimento das formalidades prescritas na Lei n. 8666/93 quanto à fase de licitação e Lei n. 4320/64 quanto à fase de execução;

9.5.5- elabore controles administrativos para conciliação das tarifas pagas sobre os contratos de arrecadação de faturas do órgão;

9.5.6- observe com maior rigor as exigências da legislação de licitações e contratos, que formalize os processos de dispensa de licitação, que preceda todas as contratações de compras, obras e/ou serviços de ampla pesquisa de mercado, como condição básica para seleção da melhor proposta à Administração;

9.5.7- nos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação não deixe de atuar processo administrativo formal, anexar pesquisa de preço de mercado, parecer jurídico, nota de empenho, e observar demais exigências da Lei n. 8666/93;

9.5.8- maior rigor na observação da Lei n. 4320/64, inciso III do art. 106, quanto ao estoque de materiais devido a atipicidade do órgão em tela;

9.5.9- mantenha arquivo dos processos de pagamento de diárias instruídos com todos os elementos necessários a perfeita prestação de contas das viagens;

9.6- Determinar à próxima comissão de inspeção ordinária que auditar o órgão:

9.6.1- verifique se o valor de R\$ 693,40, referente à restrição nº 07, foi devolvido pelo gestor;

9.6.2- verifique se o valor de R\$ 1.690,50, referente à restrição nº 08, foi devolvido pelo gestor;

9.6.3- verifique *in loco* a conformidade do relatório de Controle Patrimonial apresentado nesta Prestação de Contas, às folhas 347-348;

9.6.4- verifique o cumprimento da implementação do sistema de controle de materiais;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 220/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.6.5- no exercício 2015, certifique o cumprido nos prazos das publicações dos balanços do SAAE – São Sebastião do Uatumã, estabelecido no art. 9.º, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art. 2º, Parágrafo Único, VIII, da Resolução nº 05/90 desta Corte de Contas;

9.6.6- verifique o cumprimento das determinações do item V do Relatório/Voto.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro- Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral